

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Solicita informações ao Senhor Ministro das Cidades, Sr. Olívio Dutra.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 50, § da Constituição Federal, combinado com os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito seja enviado ao Senhor Ministro Requerimento de informações ao Excelentíssimo Ministro das Cidades Olívio Dutra.

Em dezembro passado o Ministério das Cidades divulgou entre internautas militantes do PT, documento denominado “Balanço do 1º Ano de Governo”, documento este que foi inclusive colocado na página de parlamentares do PT, mas não na página do Ministério.

No mencionado documento são juntadas informações que, se lidas por desavisados ou por quem não domina a nomenclatura da administração pública, pode dar a entender a ocorrência de realizações que podem não corresponder com a realidade.

Considerando tais circunstancias do mencionado documento, em anexo, requeiro as seguintes informações:

1. Este documento foi produzido pelo Ministério?
2. Se foi produzido pelo Ministério porque não foi publicado na pagina da Internet do Ministério das Cidades e distribuído somente por intermédio da rede de e-mail da Internet? Para quem foi enviado ?
3. O texto afirma que investiu no HBB (Programa Habitar Brasil BID) R\$ 122 milhões e que beneficiou 63 mil famílias. Estas famílias já foram efetivamente beneficiadas, atendidas com a melhoria da sua cãs ou com sua nova moradia, ou correspondem a famílias que ainda moram onde e como moravam e só ao termino das obras serão realmente atendidas?
4. Quando diz que investiu R\$ 122 milhões no HBB, significa que o MC liberou estes recursos para as obras que estavam em andamento ou contratou novas obras neste valor? Peço informar quantas obras novas foram contratadas neste programa HBB e o valor correspondente ?
5. Ao afirmar que “... o MCidades iniciou um novo relacionamento com a Caixa Econômica Federal (operador de recursos) redefinindo a distribuição dos recursos do FGTS (R\$ 4,8 bilhões em 2003) com a finalidade de priorizar a população de renda entre 0 e 5 s.m....” quer dizer que era a Caixa que anteriormente não o fazia? Esta prioridade existia antes? Agora está sendo observada?
6. No item denominado “distorções históricas” afirma que “do grande volume de recursos investidos em habitação popular nos últimos anos, apenas 6% foi destinado a população com renda de zero a 3 salarios mínimos...” e segue com o item “

Correções Promovidas em 2003” mas que não diz o que foi corrigido nem o que foi aplicado nesta e nas outras faixas. Diz que estabeleceu metas de aplicar R\$ 5,3 bilhões das diversas fontes, principalmente até cinco salários mínimos, mas não informa quanto aplicou nesta faixa. Quanto foi aplicado até 3 salários mínimos e de quais fontes? Qual o percentual e quantas famílias foram atendidas para cada fonte?

7. Diz que foram contratadas 66,5% das operações previstas totalizando 215 mil atendimentos habitacionais, que equivalem a R\$ 3,4 bilhões. Quanto foi contratado e quanto foi realmente liberado ou desembolsado nas obras contratadas em 2003, por fontes? Quantas famílias foram efetivamente beneficiadas, já atendidas com nova moradia ou melhoria habitacional com tais recursos?
8. No PSH, afirma que até o final de 2003 serão beneficiadas 63 mil famílias. É possível identificar onde estão estas famílias e as suas novas moradias?
9. Afirma que as Cooperativas rurais estão assinando neste exercício 1.500 créditos no âmbito do PSH. Com não sei o que é “estão assinando” pergunto: quantos créditos foram assinados em 2003 nesta modalidade ?
10. No item Programa Habitar-Brasil/BID – HBB, compara aplicação de recursos de 1999 a 2002 (R\$ 63 milhões) com empenho de R\$ 120 milhões em 2003. Com não são a mesma coisa (aplicação é diferente de empenho) pergunto: quanto foi aplicado ou desembolsado em 2003? Quanto corresponde a contratos firmados em 2003? Quanto corresponde a obras iniciadas nos anos de 2001 e 2002?
11. No programa PAR, diz que deverá chegar em 31 de dezembro de 2003 com aumento de 50 % em relação a 2002, atendendo 44 mil famílias. Quanto foi efetivamente contratado em valores e numero de unidades em 2003? Quanto foi desembolsado para as respectivas obras? Quantas famílias foram beneficiadas recebendo as chaves das suas moradias?
12. Diz que a Instrução Normativa nº 1 do MC, de 25 de junho, estabeleceu a ampliação de 30% para 50% do mínimo dos recursos do FGTS alocados ao Programa Carta de Credito, destinados a construção ou aquisição de unidades habitacionais novas. Qual foi percentual aplicado 2003, dos recursos do FGTS, em unidades novas? Quanto deste percentual foi destinado a construções novas com a compra de material de construção ?
13. No item Programa Pro-Moradia, informa a soma do valor das cartas consultas em exame e quanto foi selecionado para contratar no programa. Pergunto: quanto foi efetivamente contratado, valor, municípios e famílias que serão beneficiadas?
14. No item “inclusão das Cohabs”, menciona a criação de grupo de trabalho em 27 de junho de 2003, com o objetivo de propor medidas para fortalecer as Cohabs. Mais de sete meses depois qual foi o resultado obtido?
15. O presidente Lula criticou os governos que terminam o ano com “dinheiro em caixa”. Do montante de R\$ 1,4 bilhão anunciado em março de 2003 para saneamento básico quanto foi desembolsado para as obras contratadas em 2003? Quanto foi liberado para obras que já estavam em andamento, contratadas em 2002? Quanto do orçamento de 2003 não foi desembolsado?
16. Em relação a Conferencia Nacional das Cidades, realizada em outubro 2003, informa que elegeu o Conselho Nacional das Cidades. Passados mais de três meses o que foi realizado? Quantas reuniões aconteceram? O projeto de lei da Política de Saneamento que está sendo enviado ao Congresso foi discutido no Conselho

Nacional? As entidades do setor Saneamento foram ouvidas e participaram da estruturação da proposta? Como?

17. No item “Apoio a Elaboração de Planos Diretores” informa que foram atendidos oito municípios em 2003, o que corresponde a 0,14% dos municípios brasileiros. Considerando a importância desta Ação, sobretudo com o advento do Estatuto da Cidade, o Ministério planeja torná-la mais significativa? Qual a meta do governo federal para 2004 e qual o critério de definição e priorização dos municípios a serem atendidos ?
18. No item “Capacitação dos Municípios para a Política Urbana” ação que entendemos fundamental, relaciona, entre outras, as seguintes ações: PMSS, assistência técnica em 41 municípios (0,7% dos municípios); PAT-Prosaneir, elaboração de projetos em 38 municípios (0,7% dos municípios); PNCD, cursos para 50 alunos; PROGEST, curso para 200 alunos e ensino a distância para 300 alunos; 11 ações voltadas para compra de computadores; 11 ações de capacitação do corpo técnico das prefeituras; Curso de Cadastro Multifinalitário para 135 alunos. Considerando que os números são inexpressivos dada a dimensão do país e dos nossos problemas, quais são os planos para 2004 e para os próximos anos? O MCidades pretende continuar fazendo tais ações diretamente junto aos municípios? Porque não utilizar as estruturas estaduais que fazem muitas das ações relacionadas por intermédio dos seus organismos, em proporções muito maiores? Não otimizaria os investimentos?
19. Por fim, mas não menos importante, o relatório não trata de ações voltadas para as Regiões Metropolitanas. O Ministério vai continuar desconsiderando a questão metropolitana como fez em 2003? Vai continuar investindo em municípios a elas pertencentes sem se preocupar com o Planejamento Metropolitano e com o que os demais organismos Federais, Estaduais e Municipais estão fazendo?

Sala das Sessões, de fevereiro de 2004.

Deputado WALTER FELDMAN